



RESOLUÇÃO Nº 02/2021

Dispõe sobre a Estratégia do Poder Judiciário do Estado de Sergipe para o período de 2021 -
2026 e dá outras providências

ANEXO ÚNICO

Macrodesafios

2021 | ESTRATÉGIA NACIONAL | 2026

REALIZAR JUSTIÇA É A NOSSA MISSÃO

MISSÃO
Realizar Justiça.

VISÃO

Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país.

MACRODESAFIOS DA JUSTIÇA ESTADUAL

SOCIEDADE

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

ATRIBUTOS DE VALOR

Acessibilidade, agilidade, credibilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência e responsabilização

PROCESSOS INTERNOS

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

Tribunal de Justiça de Sergipe

Missão

Realizar Justiça.

Visão

Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para pacificação social e do desenvolvimento do país.

Atributos de Valor para a Sociedade

- Acessibilidade;
- Agilidade;
- Credibilidade;
- Eficiência;
- Ética;
- Imparcialidade;
- Inovação;
- Integridade;
- Segurança Jurídica;
- Sustentabilidade;
- Transparência;
- Responsabilização.

Macrodesafios

Sociedade	Garantia dos Direitos Fundamentais
	Fortalecimento da Relação Interinstitucional do Judiciário com a Sociedade
Processos Internos	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
	Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade administrativa
	Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos
	Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios
	Promoção da Sustentabilidade
	Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal
	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Sociedade / Garantia dos Direitos Fundamentais

Descrição

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Indicadores

- Índice do Poder Judiciário de Acesso à Justiça.

Iniciativas estratégicas

Ordem de Priorização	Iniciativas Aprovadas
1ª	Sensibilização e estímulo ao envolvimento dos homens na prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulher
2ª	Estímulo à construção de estratégias para o atendimento prioritário às demandas da primeira infância.
3ª	Regulamentar a advocacia dativa
4ª	Considerando que a vida é o bem maior. Sugiro que em situações inusitadas, como a que estamos passando atualmente, enfrentando uma Pandemia, sejam estabelecidas estratégias de preservação da vida dos servidores, das partes e de toda comunidade. Que o serviço remoto seja a opção mais sensata, uma vez que foi desempenhada com esmero.
5ª	Ampliar a divulgação junto à sociedade e estimular a busca e cobrança pela aplicação prática desses direitos.
6ª	O fomento de projetos sociais do terceiro setor através da utilização da verba de prestação pecuniária auferida na transação penal.
7ª	Mais transparência na gestão da justiça.
8ª	Priorização de demandas que envolvam violação a garantias e direitos fundamentais

9ª	Aprimorar iniciativas de inclusão e acessibilidade
10ª	Fomentar métodos de acesso célere à justiça e programas de inclusão social aos hipossuficientes

Sociedade / Fortalecimento da Relação Interinstitucional do Judiciário com a Sociedade

Descrição

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Indicadores

- Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário;
- Índice de Transparência.

Iniciativas estratégicas

Ordem de Priorização	Iniciativas Aprovadas
1ª	Aperfeiçoamento da relação e comunicação do Poder Judiciário com a Sociedade, por meio da informação simples, acessível e explicativa acerca da estrutura administrativa e jurisdicional da instituição, através, por exemplo, de cartilhas educativas e tutoriais de acesso à Justiça, objetivando o melhor direcionamento do cidadão aos serviços prestados quando de sua necessidade.
2ª	Intensificar o uso das ferramentas tecnológicas para as comunicações processuais, por meio da consolidação da coleta de informações das partes, a exemplo e-mail e número de telefone/celular, bem como viabilização do acesso aos serviços do Tribunal por meio de aplicativos ou outras ferramentas tecnológicas adequadas ao uso em dispositivos móveis.
3ª	Aprimorar ao máximo a interação (citação/intimação e atos), entre o judiciário e os entes estatais e detentoras de concessão pública, ou seja, as instituições da administração direta, indireta, empresas, institutos e as empresas de água, energia, telefonia, implantando a citação e intimação eletrônica, para todos.

4 ^a	Disseminação de informações ao público através de elaboração de cartilhas digitais e impressas, informando ao cidadão em linguagem simples (apropriada ao público) sobre em que situações ele pode procurar o TJSE, que tipos de serviços são oferecidos pelo judiciário, onde e como acessá-los, abrangendo as matérias mais relevantes e procuradas pelo cidadão, a exemplo a habilitação para adoção e aposentadoria rural.
5 ^a	Intensificação de tratativas com os órgãos públicos, inclusive por meio dos magistrados junto ao executivo local, para melhor interligação entre os sistemas do TJSE e as entidades públicas (Governo do Estado, Procuradorias Estaduais e Municipais, Empresas Públicas, Autarquias e Fundações).
6 ^a	Intensificar as estratégias com os órgãos e entidades que compõem a justiça criminal, a fim de aumentar a efetividade do processo criminal, a exemplo da ampliação da capacidade da pauta virtual dos réus presos.
7 ^a	Publicação da revista do TJSE - divulgar trabalhos acadêmicos, no âmbito das ciências humanas: História, Geografia, Arqueologia, Antropologia e ciências sociais: Direito, Museologia, Arquitetura e Urbanismo.
8 ^a	Disponibilização de informações através de aplicativos de mensagem (ex: Whatsapp e Telegram) pelo Tribunal acerca das movimentações processuais, facilitando o cidadão perceber o andamento do processo, dando-lhe maior segurança acerca da prestação jurisdicional. A exemplo de aplicação, pode ocorrer a disponibilização por meio do push que o advogado recebe, basta a parte querer cadastrar seu e-mail ou telefone para receber informações e ter mais proximidade com o que acontece em seu processo. Sem a necessidade de buscar no site.
9 ^a	Maior divulgação das decisões judiciais em ações que envolvam o interesse coletivo da sociedade.
10 ^a	Fortalecer a estrutura das Escolas Judiciárias com ênfase nos servidores e manter os principais objetivos do MEPOJUD: salvaguardar, pesquisar e comunicar as ações do Poder Judiciário.

Processos Internos / Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Descrição

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Indicadores

- Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais;
- Taxa de Congestionamento Líquida, Exceto Execuções Fiscais;
- Índice de Atendimento à Demanda;
- Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes Líquidos.

Iniciativas estratégicas

Ordem de Priorização	Iniciativas Aprovadas
1ª	Fomentar a expansão da Central de Processamento Eletrônico com criação de núcleos especializados, a exemplo do Núcleo de Precatórios e Núcleo de Execuções Criminais.
2ª	Intensificar as ações de fomento à adoção de métodos mais adequados de solução de conflitos, seja na modalidade presencial ou virtual.
3ª	Possibilitar e intensificar cursos de capacitação a fim de que se estabeleça uma política de acompanhamento permanente do servidor, através de setores/unidades competentes, para garantir uma melhor qualificação e facilitar sua atuação na respectiva unidade.
4ª	Fomentar a automação e o desenvolvimento e aplicação da inteligência artificial para o processo eletrônico.

Processos internos / Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.

Descrição

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Indicadores

- Índice de Prescrição;
- Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade e Corrupção;
- Índice de Processos Administrativos Disciplinares Baixados;
- Índice de Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa e das Ações Penais Relacionadas ao Crime contra a Administração Pública (Meta 4).

Iniciativas estratégicas

Ordem de Priorização	Iniciativas Aprovadas
1ª	Priorizar a tramitação dos processos dessa área
2ª	Promoção, através da EJUSE, da capacitação contínua voltada para a perfeita compreensão da Lei da Improbidade Administrativa para os servidores e magistrados que atuam diretamente na área
3ª	Manutenção do acompanhamento individualizado dos processos que tratam sobre essa temática

Processos internos / Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos

Descrição

Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

Indicadores

- Índice de Conciliação;
- Índice de Realização de Audiências nos CEJUSC;
- Índice de Realização de Audiências do Artigo 334 do CPC;
- Índice de Capacitação em Justiça Restaurativa;
- Índice de Casos Remetidos para Câmara de Conciliação/Mediação.

Iniciativas estratégicas

Ordem de Priorização	Iniciativas Aprovadas
1ª	Ampliação da capacitação dos mediadores, conciliadores e facilitadores da Justiça Restaurativa, bem como proporcionar workshops e a reciclagem interdisciplinar com ênfase na área da Psicologia.
2ª	Fomentar práticas restaurativas de conciliação e mediação junto às comunidades carentes.
3ª	Adoção da Justiça Restaurativa e dos métodos consensuais de resolução de conflitos mediante criação do órgão central, e estruturação de um núcleo que proporcione a expansão e apoio da Justiça Restaurativa no Estado de Sergipe.

4ª	Implementação dos CEJUSC em todas as comarcas
5ª	Esclarecimento à sociedade quanto aos métodos consensuais existentes no Judiciário sergipano através da efetiva comunicação do Tribunal com a sociedade, por meio da participação dos setores de comunicação da instituição.
6ª	Aprimorar parceria com a Defensoria Pública estreitando relações com o órgão, com a finalidade de fortalecer o Projeto DAS - Desburocratização e Ação.
7ª	Adoção de conciliação, mediação e práticas da metodologia da Justiça Restaurativa, com ênfase na competência dos Juizados e da Infância e Juventude, capacitando os servidores.
8ª	Ampliação do CEJUSC pré-processual para abrangência de temas específicos, a exemplo da área da saúde e demandas empresariais, através de parcerias com demais órgãos.
9ª	Fomentar parcerias visando a desjudicialização, no desenvolvimento de projetos e ações na área da mediação, conciliação e Justiça Restaurativa
10ª	Criação do Cejusc 100% virtual para atender demandas da capital e interior, preferencialmente o setor empresarial.

Processos Internos / Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios

Descrição

Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil – CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

Indicadores

- Tempo Médio entre o Trânsito em Julgado/ou Sentença de Mérito do Precedente e a Sentença de Aplicação da Tese;
- Tempo Médio entre Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas;
- Tempo Médio entre Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Assunção de Competência.

Iniciativas estratégicas

Ordem de Priorização	Iniciativas Aprovadas
1ª	Instaurar e julgar mais casos repetitivos a fim de pacificar o entendimento, bem como incentivar ações para o uso e conhecimento das ferramentas já implantadas pelo Tribunal.

2ª	Incentivo e conscientização, em todos os graus de jurisdição do Poder Judiciário Sergipano e principalmente no primeiro grau de jurisdição, à observância não só das teses fixadas em sede de Recursos Repetitivos e Repercussão Geral, como também dos demais entendimentos pacificados pelos Tribunais Superiores, a fim de cumprir com uma prestação jurisdicional uniforme, igualitária, célere, econômica e que garanta a segurança jurídica aos jurisdicionados.
3ª	Criação de Portal no site do Tribunal, com uma ferramenta mais explícita de pesquisa desses precedentes não só de forma técnico jurídico para os operadores do direito, mas para a consulta simples e descomplicada para a sociedade entender e consultar.
4ª	Utilização da Inteligência Artificial na análise de precedentes.
6ª	Melhorias no sistema de 2º grau acerca das sessões virtuais já realizadas no Tribunal Pleno e nas Câmaras Cíveis e Criminal, como, por exemplo, a criação de uma ferramenta para que os Desembargadores sejam alertados sobre um novo voto, vista ou voto divergente inserido nas referidas sessões.

Processos Internos / Promoção da Sustentabilidade

Descrição

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Indicadores

- Índice de Desempenho de Sustentabilidade.
- Índice de Cumprimento das metas do Plano de Logística Sustentável

Iniciativas estratégicas

Ordem de Priorização	Iniciativas Aprovadas
1ª	A adoção de política efetiva de priorização do teletrabalho, tanto na área fim quanto na área meio.
2ª	Expansão da implantação de sistema de energia solar nos Fóruns, minimizando o consumo de energia e reduzindo gastos.
3ª	Racionalização do consumo de água, energia, materiais e insumos em geral, por meio de campanhas de sensibilização e do acompanhamento de efetivação das práticas.
4ª	Contratação preferencialmente com empresas que apresentem comprometimento com a sustentabilidade ambiental, econômica e social.
5ª	Adoção de políticas institucionais de descarte e reciclagem de materiais
6ª	Fomento à realização de atos processuais de forma virtual, como intimação eletrônica de empresas privadas e entes públicos, incentivo às videoconferências e comunicação às pessoas físicas pela via telefônica.
7ª	Aprofundamento do estudo de viabilidade técnico-financeira para implementação do sistema individualizado de ar-condicionado nas acomodações das unidades dos prédios do Poder Judiciário

Processos Internos / Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

Descrição

Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social.

Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e a reincidência; fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

Indicadores

- Taxa de Encarceramento;
- Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento;
- Tempo Médio das Decisões em Execução Penal;
- Tempo Médio de Julgamento em Primeira Instância dos Processos Provisórios.

Iniciativas estratégicas

Ordem de Priorização	Iniciativas Aprovadas
1ª	Realizar parcerias com o Poder Executivo no sentido de melhorar ou incrementar o trabalho do encarcerado, bem como as condições materiais dos presídios.
2ª	Realizar parcerias para aprimorar a fiscalização de medidas e penas alternativas, bem como regime aberto.

3ª	Elaboração de estudos que viabilizem mais agilidade no julgamento de processos de réus presos
4ª	Ampliação do uso de procedimentos não presenciais nos processos criminais
5ª	Ampliação da justiça restaurativa na esfera criminal
6ª	Criar estruturas padronizadas, especializadas e centralizadas para tramitação dos processos criminais

Perspectiva/Macrodeseio

Processos Internos / Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

Descrição

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça.

Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Indicadores

- Índice de Desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos Governança e Qualidade da Informação.

Iniciativas estratégicas

Ordem de Priorização	Iniciativas Aprovadas
1ª	Fortalecimento do Departamento de Auditoria, melhorando os mecanismos de controles, inclusive através da aplicação do <i>compliance</i> e gestão de riscos.
2ª	Criação do Escritório de Projetos dando subsídios à gestão quanto ao acompanhamento dos projetos, inclusive com implantação de ferramenta de controle no âmbito da instituição.
3ª	Fomentar a capacitação de servidores direcionada à gestão de projetos e inovação no serviço público

4 ^a	Melhorar a comunicação interna entre as áreas meio e fim, para que as estratégias da instituição alcancem a todos de maneira uniforme.
5 ^a	Fortalecer a cultura do mapeamento dos processos de trabalho, principalmente na área-meio, trazendo padronização e transparência para os processos de trabalho dos setores administrativos.
6 ^a	Melhorar o controle dos processos administrativos, através da padronização de procedimentos, acompanhamento sistematizado e produção de relatórios.
7 ^a	Otimizar e modernizar a estrutura da área administrativa.
8 ^a	Capacitar e treinar servidores e magistrados no planejamento do fluxo de trabalho e diminuição do retrabalho.
9 ^a	Fortalecer o planejamento e o gerenciamento de contratações

Aprendizado e Crescimento / **Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas**

Descrição

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição.

Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

Indicadores

- Índice de Absenteísmo-doença;
- Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho;
- Índice de Capacitação de Magistrados;
- Índice de Capacitação de Servidores;
- Índice de Satisfação das Políticas de Gestão de Pessoas.

Iniciativas estratégicas

Ordem de Priorização	Iniciativas Aprovadas
1ª	Identificar os perfis (habilidades, competências) dos profissionais que ingressam e servidores efetivos, direcionar mais para a gestão de competências dos profissionais; identificar os possíveis talentos; Utilizar mais ferramentas, como pesquisas de personalidades, competências, na gestão de pessoas.

2ª	Realização de pesquisa de saúde ocupacional em cada setor de trabalho e detecção de riscos e planejamento e implementação de medidas preventivas ergonômicas, psicossociais, e principalmente implementação de melhorias nos processos de trabalho potencialmente adoecedores.
3ª	Criar meios para que a Gestão Central de Pessoas esteja ainda mais próxima dos servidores no seu local de trabalho, incentivando as formas de gestão participativa em que os servidores possam opinar, fazer críticas e propor melhorias em relação a aspectos de seu setor de trabalho, em um processo de reavaliação e desenvolvimento contínuo.
4ª	Aproximação do servidor em programas voltados à prevenção de danos à saúde decorrentes do ambiente de trabalho; criação de metas individuais relacionadas a produtividade do servidor; maior controle da alocação de pessoal evitando distorções na distribuição do quadro.
5ª	Capacitação de membros e servidores em gestão pública e administrativa, incluindo visão de estratégia, programa e projetos de modo a tornar as futuras administrações mais técnicas.
6ª	Treinamento, envolvimento com a estratégia do TJSE e saúde do servidor. Política de mensuração de força de trabalho qualificada.
7ª	Viabilidade de ampliação do teletrabalho para as áreas meio e fim do Tribunal de Justiça de Sergipe.
8ª	Valorização dos servidores efetivos, com foco na redução das distorções salariais entre servidores efetivos com CCs, FCs e magistrados; bem como o reconhecimento da qualificação dos seus servidores, como o nível superior, considerando que mais de 90% dos servidores técnicos judiciários têm nível superior e utilizam desses conhecimentos no desempenhar das suas atividades.
9ª	Realização de ações preventivas e orientativas para coibir o assédio moral.
10ª	Política de incentivo ao planejamento previdenciário do magistrado e servidor.

Perspectiva/Macrodeseio

Aprendizado e Crescimento / Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Descrição

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar a alocação dos recursos orçamentários de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

Indicadores

- Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias;
- Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias;
- Índice de Execução das Dotações para Projetos.

Iniciativas estratégicas

Ordem de Priorização	Iniciativas Aprovadas
1ª	Revisão dos contratos.
2ª	Projetos alinhados ao planejamento estratégico, estabelecimento de prioridades e gestão de custos.
3ª	Implantação de indicador de eficiência do gasto público. Resultado X Menor Gasto.
4ª	Teletrabalho na área meio.
5ª	Desenvolver iniciativas para atendimento integral da distribuição equitativa do orçamento referentes aos recursos a serem destinados ao primeiro e ao segundo grau, com base na média de casos novos distribuídos ao primeiro e segundo grau no último triênio e o acervo de processos pendentes (casos pendentes), nos moldes da Resolução 195-CNJ.

6ª	Utilização de meios tecnológicos a fim de abolir o uso do papel, a exemplo do IBGE no recenseamento demográfico. Na prática, o oficial de justiça utilizaria um Palm Top ao invés de imprimir mandados. No momento da diligência seria enviado para email/whatsapp da parte, o mandado.
7ª	Procurar que os órgãos externos arquem com suas despesas quando tiverem suas instalações funcionando dentro dos fóruns.
8ª	Redução de despesas desnecessárias com material de expediente, praticando uma política de conscientização dos servidores envolvidos.
9ª	Promover ações juntos aos gestores para um melhor planejamento das despesas, alinhadas às prioridades institucionais, buscando o melhor aperfeiçoamento da Gestão Financeira.

Perspectiva/Macrodeseio

Aprendizado e Crescimento / Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Descrição

Programas, projetos, ações e práticas que visem a melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, buscando garantir integridade, confiabilidade, integração e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos.

Indicadores

- IGovTIC - JUD;
- Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acervo Total;
- Índice de Execução do PDTIC.

Iniciativas estratégicas

Ordem de Priorização	Iniciativas Aprovadas
1ª	Fomentar a cultura de inovação em TIC.
2ª	Aprimorar a Central de Serviços de TIC.
3ª	Aprimorar a Segurança da Informação e Comunicação.
4ª	Implantar a Justiça 4.0 e promoção do acesso à Justiça Digital.
5ª	Ampliar e modernizar a Infraestrutura de TIC.
6ª	Aprimorar a Gestão de Contratos de TIC.
7ª	Fortalecer a Gestão de Projetos.

8ª	Fomentar a Gestão de Pessoas de TIC.
9ª	Aprimorar o Plano de Capacitação de TIC.
10ª	Aprimorar a Pesquisa de Satisfação de TIC.